

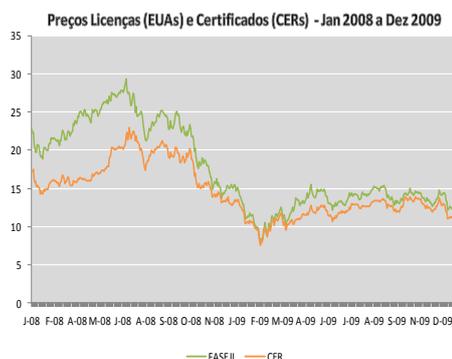
Mercados de CO₂

Sentimento negativo após a Conferência de Copenhaga

O sentimento negativo com que terminou, a 18 de Dezembro, a Conferência de Copenhaga condicionou as últimas semanas do ano do mercado de carbono e contribuiu em grande parte para a queda acumulada de 20% do valor destes activos em 2009.

No entanto, apesar da queda nos preços registada, e de acordo com os analistas da Point Carbon, este mercado continuou em crescimento em 2009, tendo-se apurado um volume global de transacções de aproximadamente 94 mil milhões de Euros ou 8,3 mil milhões de toneladas. A maior contribuição para este volume continua a ser o Comércio Europeu de Licenças de Emissão com 5,6 mil milhões de licenças negociadas, seguido das transacções de CERs do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo com 1,6 mil milhões.

(cont. pág. 2)



valores em €	30-Dez	Δ Mensal	%
EUA Spot	12,33	-0,83	-6,31%
Fut 2010	12,53	-0,19	-6,07%
Fut 2011	13,15	0,04	-5,53%
Fut 2012	13,96	-0,66	-4,51%
CERs Spot	11,14	-1,08	-8,84%

	30-Dez	%
UK Gas (NBP p/th)	33,60	26,32%
Carvão (API2 USD/t)	85,00	9,68%
Brent (USD/barrel)	77,93	-0,69%
Crude (USD/barrel)	79,36	2,69%

A esperança adiada para o México

As expectativas em Copenhaga foram goradas, a esperança transformou-se em desilusão. A verdade é que chegar a um acordo é difícil... Quantas vezes na vida nos deparamos com situações de intransigência? Quantas vezes somos, cada um de nós, intransigentes? Quantas vezes nos parece óbvio que a razão está do nosso lado e quantas vezes nos frustra o facto dos outros não verem com tanta clarividência como nós que a razão é nossa?

Foi isso que encontrei em Copenhaga. 30 mil pessoas com razão. 30 mil pessoas frustradas com todas as outras por não verem que a razão lhes assistia. 30 mil pessoas, cada um delas com a perfeita noção que estava a representar as restantes 6 biliões de pessoas que, do Mundo inteiro, não cabiam no Bella Center.

(cont. pág. 2)

Novas abordagens de resposta ao Pacote Clima Energia da União Europeia

Este é o título da dissertação que a nossa colega Ana Martins defendeu publicamente, no passado dia 6 de Janeiro, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Filipe Duarte Santos, do Professor Doutor Ricardo Aguiar e ainda com a colaboração do Dr. Gonçalo Cavalheiro, visando a obtenção do grau de Mestre em Ciências e Tecnologias do Ambiente.

(cont. pág. 4)

Mercados de CO₂ (cont.)

Mercado Carbono 2009						
30-12-2009		Final 2008	Var 2009	Min 2009	Max 2009	Média 2009
12,33	EUAs	15,36	-20%	7,96	15,49	13,15
11,14	CERs	13,53	-18%	7,6	13,9	11,91

Entretanto alguns analistas já começaram a publicar as suas previsões para a evolução dos preços do carbono em 2010, exercício sempre útil mas de enorme dificuldade, tendo estimado para preços das licenças valores entre os €15 e €18, números que consideramos possíveis mas algo optimistas face às condições actuais do mercado. Relembramos que a Produção Industrial Europeia ainda apresentava, em Outubro, valores cerca de 12% abaixo em comparação com o mesmo mês em 2008, em particular nas indústrias intensivas em emissões de carbono.

O que sabemos é que a evolução do preço dependerá em grande parte da robustez da recuperação económica, de uma decisão definitiva

por parte da UE do esforço ou metas de redução pós 2012 (20 ou 30%) e da decisão das empresas, em particular das Termoeléctricas, em começar ou não a acumular licenças para o próximo período (2012-2020). Para o primeiro semestre, no entanto, as previsões são mais conservadoras. O Banco francês "Société Générale", por exemplo, espera que os preços das EUAs estejam em média a €12,5 podendo, no entanto, atingir um mínimo de €10,0. O Barclays Bank mostra-se mais conservador esperando uma média de €11,5, enquanto a Point Carbon, mais optimista, aponta para valores de €13,0. Bom Ano de 2010.

Francisco Rosado
Director
frosado@ecoprogresso.pt

A esperança adiada para o México (cont.)



Encontrei em Copenhaga 30 mil pessoas a lutar pelo clima, pelo ambiente, pelas pessoas, pelas crianças, pelos povos indígenas, pelos ursos polares, pela biodiversidade, pelo acesso universal a água potável, pela protecção da amazónia, pela protecção dos modos tradicionais de vida. Encontrei 30 mil pessoas a lutar

pelo mesmo. Mas encontrei 30 mil pessoas entrincheiradas, enraivecidas, loucas, cansadas, frustradas, desanimadas, tristes. Encontrei em Copenhaga 30 mil pessoas que não se entenderam, que não cooperaram, que não ultrapassaram as suas diferenças, que não encontraram um caminho para salvar todas as coisas pelas quais estavam ali. Das duas uma... ou não estavam ali todas para salvar a mesma coisa, ou então os caminhos para atingir esse objectivo são tão diferentes que não se encontraram.

A verdade é que sim, todos estavam ali para defender a mesma coisa. Mas falta ainda elencar uma coisa que todos queriam defender afincadamente em Copenhaga e que é a razão pela qual o acordo de Copenhaga não defende nem salva. Esse último elemento que todos quiseram defender até à última consequência foi o interesse próprio. A velha teoria do

realismo das relações internacionais sobrepôs-se à moderna interdependência. Ninguém percebeu em Copenhaga que não podia haver vencedores nem vencidos. Ou todos ganham ou todos perdem. Em Copenhaga todos perderam. O Tuvalu que o diga.



O Acordo de Copenhaga

Fosse este um documento legalmente vinculativo, haveria três aspectos positivos a realçar:

- A visão partilhada de que as emissões deverão ser reduzidas o mais rápida e bruscamente possível de modo a que o aumento da temperatura média global não ultrapasse os 2°C.
- A aposta no mercado de carbono como a forma mais economicamente eficiente de reduzir emissões.
- A revisão da implementação do Acordo até 2015, abrindo a possibilidade de se acordarem metas de longo prazo mais exigentes que limitassem o aumento da temperatura média global em 1,5°C, dando assim uma segunda hipótese a países como o Tuvalu.

Não sendo, há um conjunto de razões pelas quais este Acordo deixa muito a desejar:

1. À data (7 de Janeiro de 2010) ainda não se sabe que chefes de estado e outros chefes de delegação subscrevem o Acordo de Copenhaga. No texto disponibilizado pelas Nações Unidas há um espaço em branco para incluir a lista de países subscritores. Nas Nações Unidas, as decisões são tomadas por consenso: ou todos concordam ou não há acordo. Em Copenhaga, enquanto uns batiam palmas pelo acordo, outros gritavam a pedir a palavra para expressar a sua oposição ao documento.
2. A segunda razão decorre da primeira: uma leitura cuidada do texto permite notar que as Nações Unidas poderão no futuro ter um papel muito limitado ou irrelevante no regime de luta contra as alterações climáticas, prevalecendo as relações bilaterais entre países ou grupos de países.
3. O texto chamado "Acordo de Copenhaga" não tem qualquer validade legal, não passando de mais uma declaração, tal qual vimos serem produzidas algumas dezenas ao longo dos últimos dois anos em reuniões do G20, por exemplo.
4. O texto considera tão importante apoiar países pobres como Moçambique ou o Tuvalu a adaptarem-se aos impactes das alterações climáticas, como compensar países extremamente ricos e poluentes como a Arábia Saudita pela eventual redução de venda de petróleo, que resulte das medidas de redução das emissões implementadas pelos restantes países.
5. O documento não inclui ainda metas quantificadas de redução de emissões para os países ricos. Pede só que estes informem as Nações Unidas até dia 31 de Janeiro dos compromissos que assumem unilateralmente. O texto não indica se as metas que os países anunciarem serão discutidas e negociadas ou serão simplesmente aceites. A leitura do documento parece indiciar que serão simplesmente aceites.
6. Não haverá qualquer sistema de penalização caso os países não cumpram as metas a que se comprometem, embora sejam obrigados a uma monitorização e verificação rigorosas.
7. Não haverá qualquer espécie de compromisso de redução por parte dos países em desenvolvimento como a China ou o Brasil (nem mesmo os compromissos que anunciaram nos dias que antecederam a Conferência de Copenhaga). Simplesmente, os países informarão as Nações Unidas das medidas que se comprometem a implementar para reduzir emissões e para as quais requerem apoio financeiro dos países desenvolvidos.
8. O Acordo de Copenhaga ignora por completo as necessidades urgentes e prementes dos países mais pobres e vulneráveis, o que é o resultado directo destes terem sido marginalizados na respectiva negociação.
9. O documento não faz qualquer referência à respectiva transformação num documento com validade legal (um tratado internacional ou, pelo menos, uma decisão da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas), sendo que se corre o risco de alguns países considerarem que o Plano de Acção de Bali está cumprido com este Acordo e que este constitui o novo regime global de combate às alterações climáticas.
10. O documento condena países como o Tuvalu a desaparecerem do mapa mundi, em resultado do aumento do nível médio das águas do mar.

A próxima reunião das Nações Unidas está marcada para Junho em Bona (fala-se eventualmente que seja marcada um reunião extraordinária para Março). Aí se saberá o que cada país acha deste acordo e se se pretende caminhar para a respectiva transformação num tratado internacional ou mantê-lo assim, uma declaração de boa vontade.

Gonçalo Cavalheiro
Director-Técnico
gcavalheiro@ecoprogresso.pt



Novas abordagens de resposta ao Pacote Clima Energia da União Europeia (cont.)

Nesta dissertação são identificadas e exploradas possíveis novas abordagens de resposta ao Pacote Clima-Energia da União Europeia, por Portugal. A atenção é focada nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) e recorre-se à análise da experiência do Reino Unido (país Europeu com melhores expectativas de vir a controlar e reduzir as suas emissões ao nível doméstico), como modelo de comparação nacional.

Perante uma década de escolhas políticas portuguesas que justificam e perpetuam a desresponsabilização colectiva, as exigências do Pacote Clima Energia devem ser entendidas como uma oportunidade para já e hoje. Escolher liderar pelo exemplo, assumindo um compromisso próprio de longo prazo, escolhendo deliberadamente facilitar e remover barreiras, capacitar a massa crítica necessária e envolver os diversos agentes em torno de uma visão colectiva e com responsabilidades partilhadas de forma equilibrada e justa.

Sabendo que a percentagem de portugueses que considera que nem o Governo nem a União Europeia fazem o suficiente é superior à média europeia, são também identificadas oportunidades de melhoria da contribuição das políticas públicas para aumentar a

capacidade de projecção das iniciativas que actualmente se encontra limitada.

É defendido que estas exigências devem ser entendidas como uma oportunidade para desenhar uma Estratégia de Resposta às Alterações Climáticas a nível nacional de longo prazo, interligando os diversos instrumentos actualmente existentes, considerando novos mecanismos e ainda a necessidade de uma maior mobilização dos diversos agentes a várias escalas numa lógica de optimização do potencial dos diversos agentes e de promover o efeito multiplicador necessário para enfrentar o desafio.

A Ecoprogresso dá os parabéns à Ana Martins pelo excelente trabalho que elaborou e que foi recompensado com a justificada nota de 18.

Maria João Ramos e Ana Martins

mramos@ecoprogresso.pt

amartins@ecoprogresso.pt

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210

Para Trading de Licenças contacte:

Francisco Rosado | Director de Trading
frsado@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 212